

DA AGENDA TECNOPOLÍTICA DOS DADOS NA AMÉRICA LATINA À GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS NAS FAVELAS¹

Gilberto Vieira

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR

gilbertovieiracruz@gmail.com

Resumo: Este artigo explora o fenômeno emergente do ativismo de dados, aqui definido como o uso crítico e estratégico de dados para amplificar demandas sociais e influenciar políticas urbanas. Analisando a agenda política do maior evento da América Latina dedicado ao tema, identificamos presenças e ausências que revelam lacunas na governança contemporânea das cidades. Em seguida, investigamos o trabalho de uma organização social fundada por jovens no Conjunto de Favelas da Maré (Rio de Janeiro), que vê na Geração Cidadã de Dados (GCD) uma oportunidade de reposicionar seus territórios e suas reivindicações. A análise sugere que, apesar das novas configurações de colonialidade ancoradas na dataficação da vida e da morte, coletivos periféricos estão moldando um novo paradigma de ativismo urbano. A pesquisa suscita reflexões como: de que forma sujeitos geográfica e subjetivamente localizados podem reposicionar territórios marginalizados por meio de ações tecnopolíticas? Que ferramentas eles estão dispostos a inventar ou adaptar para assegurar comunidades com plenos direitos?

Palavras-chave: Ativismo de Dados; Tecnopolíticas Urbanas; Colonialidade Digital; Favela; Geração Cidadã de Dados

FROM THE TECHNOPOLITICAL DATA AGENDA IN LATIN AMERICA TO CITIZEN-GENERATED DATA IN FAVELAS

Abstract: This article explores the emerging phenomenon of data activism, defined here as the critical and strategic use of data to amplify social demands and influence urban policies. By analyzing the political agenda of the largest event in Latin America dedicated to this topic, we identify both presences and absences that reveal significant gaps in contemporary urban governance. We then examine the work of a social organization founded by young people in the Maré Favela Complex (Rio de Janeiro), which views Citizen-Generated Data (CGD) as an opportunity to reposition their territories and demands. The analysis suggests that, despite the new configurations of coloniality anchored in the datafication of life and death, peripheral collectives are shaping a new paradigm of urban activism. The research raises reflections such as: how can geographically and subjectively situated individuals reposition marginalized territories through technopolitical actions? What tools are they willing to invent or adapt to ensure communities with full rights?

Keywords: Data Activism; Urban Technopolitics; Digital Colonialism; Favela, Citizen-Generated Data

¹ Este trabalho representa uma parte da tese em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana da PUCPR e foi previamente apresentada pelo autor no V Simpósio Internacional de Geografia do Conhecimento e da Inovação de 2024 (SIGCI) sob o título "Dados sobre quem importa: ativismos, tecnopolíticas e favelas".

INTRODUÇÃO

As tecnologias aplicadas aos projetos das megacidades do Sul global, as narrativas construídas pela mídia tradicional e as práticas sociais periféricas apontam para uma disputa acirrada no contemporâneo. Esta disputa está cada vez mais centrada na extração, armazenamento, processamento e análise de dados e sua apropriação por sujeitos forjados nas periferias. O *big data* forma a base epistemológica de nosso momento histórico (Ricaurte, 2019). Vivemos sob um novo regime de produção de conhecimento no qual o processamento de dados, por meio de estatísticas avançadas e modelos de previsão, informam decisões, ações e relações. É a dataficação da vida. Se, por um lado, essa nova episteme pressupõe melhores políticas, entendimentos e decisões sobre o mundo, por outro, ela evidencia ainda mais concentração de capital (West, 2019), vigilância (Zuboff, 2020) e colonização (Couldry; Mejias, 2019)

Em pesquisas sobre ativismos favelados, é comum encontrar alguns pressupostos que estigmatizam grupos historicamente marginalizados como aqueles que produzem menos dados, uma vez que não estão envolvidos em atividades de geração de dados, estão subrepresentados na economia formal, têm acesso desigual e menor capacidade de se envolver online. Refletindo e respondendo a esta afirmação, este artigo buscará seguir os caminhos epistêmicos abertos por um movimento social emergente. Em um primeiro momento, apresentarei alguns conceitos centrais que evidenciam certa crise epistêmica do espaço geográfico, considerando as interações entre sujeitos e entidades políticas no momento histórico marcado pela dataficação da vida. Na sequência, através da análise de um grande evento dedicado à governança de dados², apontarei algumas falhas que envolvem a relevância das dimensões tecnopolíticas em fóruns do tipo. Por último, a partir do exemplo de uma organização social carioca surgida no Conjunto de Favelas da Maré, exemplificarei como sujeitos oriundos dos espaços periféricos das megacidades do Sul se

2 Entre os dias 26 e 29 de setembro de 2022, participei da 9ª edição do evento *America Abierta* em Santo Domingo, capital da República Dominicana. Através da observação participante (May, 2001) fui percebendo e tomando notas das questões tecnopolíticas implicadas nas estruturas física, estética e política dos eventos, assim como da programação e da performance dos organizadores e/ou financiadores.

envolvem (e envolvem seus territórios) em práticas para a transformação social de base relacionada aos dados.

A CENTRALIDADE DAS FAVELAS NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO

Partimos da categoria de urbanismo subalterno defendida por Ananya Roy (2015) cujas marcas são as questões de subdesenvolvimento das "megacidades" do Sul global. Essas megacidades, antes de globais (pois não se adequam à norma dominante das cidades do Norte), são o que Roy chama de "exterior constitutivo" dos estudos urbanos contemporâneos, pois pertencem a eles mas não foram capazes de figurar no centro das pesquisas urbanas tradicionais. Segundo a autora, a teoria urbana e metropolitana do "primeiro mundo" negligenciou a questão da informalidade ou a tratou como "uma esfera de atividade não regulamentada, ilegal, fora do âmbito do Estado, um domínio de sobrevivência pelos pobres e marginalizados, muitas vezes dizimado pela gentrificação e re-desenvolvimento" (Roy, 2009, p. 826).

No entanto, é na informalidade e nas suas possibilidades de pensar a cidade que está a chave para um nova perspectiva urbanística. As favelas são os territórios constituintes dessas megacidades do Sul. São elas que lhes dão caráter de mundo. Consideramos urgente um movimento que intenciona posicionar esses espaços como centrais para uma reflexão teórica em si e não como objeto de investigação. Isso só será possível se ampliarmos a noção de território e a centralidade dos sujeitos que os constitui.

Ana Clara Torres Ribeiro (2010) ajuda a tecer uma rede de representações do conceito de território a partir de seus usos e a partir das análises de Milton Santos. Para Ribeiro, a noção difundida do território que se abate sobre especialistas e gestores urbanos exclui, na maioria das vezes, o fato de que se trata de uma questão de poder, onde a dinâmica entre abundância e escassez, técnica e ação, espaço e tempo, coisas e práticas sociais não é bem distribuída. Muito pelo contrário: o que se vê são ações estratégicas (na maioria das vezes empreendidas pelo Estado e pelas grandes corporações), que isolam o território e associam a sociedade ao imediatamente visível no recorte do espaço.

Daí a necessidade de valorizar o conceito de "território usado" proposto por Santos (2000): "um território usado obriga que nele sejam pensadas práticas sociais; ele é sim um recorte do espaço físico, mas implica, para ser uma categoria relacional, na reflexão das práticas sociais" (Ribeiro, 2010). É como se essa noção demandasse observações relacionais, em que os sujeitos estão atravessados pelo território e este, por sua vez, é construído a partir das disposições dos sujeitos. O território usado valoriza a vida de relações.

Essa produção do espaço vivido, assim como as disputas impetradas nela, deve ser ponto fundamental se desejamos contribuir para novos paradigmas dos estudos urbanos. Em *A Revolução Urbana*, Henri Lefèbvre afirma que a urbanização é essencial para a sobrevivência do capitalismo e, portanto, está destinada a tornar-se um foco crucial da luta política e de classes (Lefèbvre, 2008). Para ele, o espaço é decisivo na reprodução das relações de produção capitalista cuja dimensão das relações se dá a partir da afirmação da sociedade urbana, expressão maior de todo o denso e amplo processo de produção e consumo do espaço da atualidade. É nas cidades que muitas dessas disputas se dão. Aqui nos interessa o protagonismo dos sujeitos ditos periféricos nessas disputas.

Escrevendo contra narrativas apocalípticas e distópicas da favela, o urbanismo subalterno de Ananya Roy, a centralidade da urbanização na luta de classe do capitalismo tardio (Lefèbvre, 2008) e a análise de Ribeiro do conceito central de território fornecem relatos da favela como um terreno de habitação, sustento e ação política. Este é um desafio vital e até radical às narrativas dominantes da megacidade. O urbanismo subalterno é, então, um paradigma importante, pois busca conferir reconhecimento a espaços de pobreza e formas de agência popular que muitas vezes permanecem invisíveis e negligenciadas nos arquivos e anais da teoria urbana.

Trata-se das políticas higienistas historicamente ligadas a esses territórios e que corroboraram para a articulação de sua condição de subalternidade. O que interessa aqui é um salto possível entre esse *modus* político exterior constituinte, para o que Roy chama de "agência política" e que pretende-se desvendar a partir da ação sociotécnica de agentes geohistoricamente colocados nesses territórios.

Essas ações diretas podem estar ligadas a diversos campos de ação política. Aqui elas são aquelas disparadas e/ou fundamentadas nos usos de tecnologias de dados para a geração de novas ontologias das favelas e periferias no contexto urbano das megacidades da América Latina. É o que podemos chamar de "tecnopolíticas" (Bruno *et al.*, 2018) - modos de pensar os embates e disputas sociotécnicas do presente.

O QUE ESTÁ HAVENDO COM OS DADOS?

No contexto das disputas tecnopolíticas é fundamental entender o que se tem chamado de "dataficação da vida" (Milan, 2020). O que está acontecendo com os dados? A quem pertencem os dados? A favor de quem eles estão mais ou menos disponíveis? Como tornar os dados visíveis a ponto de garantir novas narrativas que permitam reduzir as desigualdades sociais nas grandes cidades do Sul?

Narrativas baseadas em dados guiam nossos imaginários sobre viver nas sociedades urbanas contemporâneas (Ricaurte, 2019). A ideia de *smart city* como modelo de cidade eficiente onde todo e qualquer aparato tecnológico é incorporado aos modelos de gestão e urbanidade, tem levado à ideia de governamentalidade algorítmica (Teles, 2018) e de um novo regime de produção de subjetividades baseado no compartilhamento do cotidiano através de dispositivos eletrônicos.

Há uma renovação dos parâmetros de vigilância que configura o que Nick Couldry e Ulises Mejias (2019) chamam de colonização de dados. Afinal, a algoritmização e dataficação da vida cotidiana evidencia jogos de poder marcados por práticas de violência, subordinação e apropriação característicos da colonialidade clássica, fundante da modernidade. Shoshana Zuboff (2020) dirá que estamos vivendo uma nova fase do capitalismo, baseado na apropriação da vida e da morte por meio da conversão de todas as formas de relações sociais em dados.

Segundo Firmino, Cardoso e Evangelista (2019), neste começo da terceira década do século XXI as desigualdades econômicas e as assimetrias de poder continuam a crescer junto com a apreensão sobre a forma aumentada como os dados pessoais são compartilhados,

trocados, vendidos e classificados para fins de classificação social. Para Zuboff (2015) os dados têm origem na vida social e é componente fundamental de uma nova lógica de acumulação de capital que ela tem chamado de capitalismo de vigilância.

Conectada ao contexto do capitalismo de vigilância, Cathy O'Neil (2016), em *Weapons of a Math Destruction*, analisa como o uso de *big data* e algoritmos em uma variedade de campos, incluindo seguros, publicidade, educação e policiamento, pode levar a decisões que prejudicam os pobres, reforçam o racismo e ampliam a desigualdade. Para ela, o mais preocupante é que os usos comuns de grandes bases de dados reforçam a discriminação. A autora postula que as ferramentas matemáticas problemáticas que servem ao *big data* são opacas, desreguladas e difíceis de contestar e, ao mesmo tempo, escalonáveis, amplificando assim os vieses inerentes para afetar populações cada vez maiores. Na medida em que as ferramentas de coleta e análise de dados avançam sobre populações e sociedades, assim como sobre corporações e governos, mais aumentam as desigualdades territoriais, socioculturais e econômicas.

Uma questão subjacente então se apresenta: as dinâmicas tecnopolíticas que envolvem novas formas de mercado, Estado e poder no capitalismo são cruciais para compreender o impacto dos dados nas novas sociedades. Segundo a União Internacional de Telecomunicações da ONU, em 2023 cerca de 5,3 bilhões de pessoas tinham acesso à internet globalmente, o que representa aproximadamente 66,4% da população mundial³. Isso torna o conceito de "computação ubíqua" de Weiser (1991) uma realidade cotidiana. A transformação do mundo em dados redefine o cenário, exigindo uma reflexão sobre as questões de autoridade e poder numa escala civilizacional.

As perguntas emergentes sobre quem aprende com os fluxos globais de dados, como essas decisões são tomadas e o que acontece quando a autoridade falha, são fundamentais para entender a lógica de acumulação que moldará o futuro. É fundamental reconhecer que o capitalismo de vigilância opera também novas relações de poder que devem ser

3 Fonte: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/pages/stat/default.aspx>

imediatamente associadas a novas formas de colonialidade. Se o capitalismo de vigilância se sustenta através de novas relações (todas elas) baseadas em dados e da presença de um *Big Other* (Zuboff, 2015) onipresente que mercantiliza e datafiza toda experiência humana e mais-que-humana, então é na geopolítica colonial, com nostalgias perversas ao colonialismo fundador da modernidade que ele vai avançar, progredir, conquistar e enfeitiçar (Stengers, 2015) novos corpos e mentes.

Não é mera metáfora. Para Sérgio Amadeu da Silveira, o capitalismo tardio se constitui a partir do intercâmbio entre dois elementos centrais: "uma nova repartição do mundo em espaços de exploração econômica e o colonialismo de dados" (Silveira, 2023, p. 15). O sociólogo sul-africano Michael Kwet é categórico: "Vivemos em um mundo onde o colonialismo digital corre o risco de tornar-se uma ameaça para o Sul global tão significativa e de longo alcance quanto o colonialismo clássico foi nos séculos anteriores" (Kwet, 2021). O autor nos ajuda a identificar características bem específicas do colonialismo clássico e compará-las com estratégias contemporâneas estabelecidas pelos mesmos países responsáveis pelo avanço colonial no século XV, adicionando ao grupo, naturalmente, Estados Unidos e China.

No entanto, mais do que as consequências nocivas dos usos de *big data* no cotidiano das comunidades nas grandes cidades e as características que os configuraria como novo colonialismo, estamos interessados nos outros usos possíveis dessa "dataficação da vida". Para isso, fomos analisar algumas camadas dos debates envolvendo a governança dos dados no contexto geopolítico do Sul global. Podemos afirmar que números, índices, indicadores e taxas são elementos estatísticos historicamente fundamentais para o planejamento e gestão urbana, mas também são ferramentas de poder e autoridade que produzem realidades e dão substrato ao regime de visibilidade (Foucault, 1983) na qual vive submersa a sociedade da vigilância.

A AGENDA TECNOPOLÍTICA DOS DADOS

O evento América Abierta é considerado o maior evento de dados da América Latina. Desde 2013, reúne anualmente cientistas da computação, jornalistas, designers, gestores públicos e ativistas que trabalham pela abertura de dados e por processos de transparência pública nos países da América do Sul e Central mais México e Caribe em sessões de debate, palestras e oficinas. Sua nona edição aconteceu em setembro de 2022 em Santo Domingo, capital da República Dominicana.

O primeiro dia de atividades é tradicionalmente marcado pelo nome Abrelatam. Durante o evento, os perfis dos participantes mais ativos e com maior presença na programação e poder de fala nos debates são aqueles que carregam em seus posicionamentos tópicos específicos como abertura de dados e inovação pública. São em sua maioria homens brancos e gestores públicos, representantes de secretarias de transparência pública de seus países, estados ou municípios. Este parece ser o público central do evento que vai se abrindo a outros perfis mais diversos que orbitam e dão sentido e forma a este cenário mais governamental: organizações da sociedade civil (representadas quase sempre por seus gestores e coordenadores de projetos) e acadêmicos (desenvolvedores de teorias e metodologias de participação cívica e governos mais abertos e transparentes).

O que mais chama a atenção é a reivindicação de membros da sociedade civil por mais diversidade e espaços de participação nas estruturas de abertura (ou fechamento) de dados públicos e sua vontade e capacidade de fazer avançar as políticas públicas mais gerais. Ao mesmo tempo (e paradoxalmente), muitos membros de governos parecem ansiosos por identificar metodologias de participação cívica que os ajude a ter mais transparência, o que parece um caminho ainda muito longo, árduo e custoso. Por fim, observou-se uma sobreposição de discursos governamentais que buscam legitimar uma agenda de dados aberta, porém muitas vezes desconectada da realidade e capacidade política e associativa das populações mais marginalizadas e empobrecidas e, portanto, com maior interface com as políticas públicas.

Os dias subsequentes foram dedicados ao que se denomina Condatos e trouxeram uma programação mais rígida, com sessões de debate que, em sua maioria, seguiram uma estrutura tradicional. A presença de grandes organizações internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e a Open Government Partnership (OGP), evidenciou a influência de agendas externas no direcionamento dos temas discutidos, refletindo, mais uma vez, uma perspectiva mais governamental e institucionalizada sobre a transparência.

Durante o evento, representantes de órgãos como a OGP destacaram a importância de dados acessíveis e de qualidade para a formulação de políticas públicas melhores. No entanto, essas discussões passaram ao largo de realidades mais locais e de experiências concretas capazes de ilustrar projetos de transformação e justiça social. A estrutura do evento permite apenas uma interação superficial com algumas poucas vozes dissidentes que questionam a eficácia e as intenções dessas políticas. As sessões sobre participação cívica e direitos digitais se mostraram também superficiais, sem avançar em discussões críticas sobre as consequências de uma tecnologia de dados que frequentemente serve a interesses de corporações e governos.

Uma sessão específica destacou a interseção entre gov.tech (tecnologia para governo) e civic.tech (tecnologia cívica). Participaram da sessão uma startup de consultorias em digitalização de organizações; um projeto de mídia e visualização de dados; uma ONG de desenvolvimento de metodologias participativas; uma fundação de apoio a iniciativas cívicas na América Latina; e um membro do governo local. Sem delongas, o debate correu entre farpas e desconexões características de ambientes tão diferentes. Pouco críticos, alguns governos ainda estão seduzidos pelas promessas de um mercado de tecnologias opaco, limitado e extrativista; as ONGs seguem se debatendo para entender como manter comunidades ativas com financiamentos temporários e precários; as startups parecem não perceber que deixaram como legado um cemitério de aplicativos ineficientes e caros; a mídia que enalteceu as criptomoedas como resposta ao problema da transparência das compras

públicas e da corrupção, falhou definitivamente. Resta um esforço coletivo de encontrar possibilidades de saída inovadoras e participativas.

Não foi uma unanimidade nos debates e sessões do evento, mas vez ou outra algumas vozes afirmaram a necessidade de trazer a rua para os debates e tomadas de decisão. Em outras palavras, é fundamental abrir espaços simbólica e formalmente para a participação de atores mais diversos do que se tem visto até hoje no campo das tecnologias e ciência de dados, das políticas de transparência e das ciências sociais.

Uma intersecção interessante com todos esses temas é a do direito digital *stricto sensu*, ou seja, das leis que garantem a proteção de civis diante da violação de sua liberdade plena. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), por exemplo, é o instrumento mais poderoso que tem pautado o debate sobre o gigantesco volume de informações pessoais que circulam diariamente na internet. Naturalmente, os países europeus e sua soberania hegemônica têm tratado do assunto há décadas, fato que hoje é modelo jurídico e comportamental para outros países do mundo que se vêm cada vez mais expostos aos interesses de corporações e governos autoritários. O desafio no Sul global é grande. Por exemplo, um dos painéis do Condatos reuniu ativistas de uma organização paraguaia e outra boliviana pelo direito digital, uma fundação de apoio a iniciativas cívicas na América Latina e dois representantes de governos regionais que têm implementado políticas de transparência, acesso à informação pública e proteção de dados pessoais. O resultado do debate aponta para uma emergência: é preciso mobilizar as ruas para que dados deixem de ser questão distante da vida cotidiana ou moeda de troca por descontos em farmácias e aplicativos e passem a ser preocupação cívica. No Paraguai, uma coalizão por direitos digitais fundada em 2017 tem tentado incidir em políticas de proteção, ainda sem muito sucesso, apesar dos projetos inovadores. O país segue sem mínimas normas de proteção de dados pessoais. Na Bolívia, uma organização de mídia e pesquisa tem desenvolvido eventos, reportagens, relatórios e notas sobre a importância do debate ampliado sobre dados e direitos digitais. A organização apresentou um projeto de história em quadrinhos onde mobiliza recursos do design e da literatura para construir uma narrativa mais próxima da

realidade de um público que possivelmente não alcança o patamar de debates mais políticos e burocráticos que envolvem o direito digital em muitas situações.

Donna Haraway (2023) diz que é urgente produzir novos imaginários, novas *estórias* que levem em real consideração outros seres mais-que-humanos envolvidos na produção das condições básicas de nossa existência no cotidiano. Ela está falando de animais, plantas, fungos, bactérias, mas também de máquinas - essas acopladas a nossa vida nas grandes cidades. O exemplo boliviano da distopia em quadrinhos envolvendo controle biológico, identidade, cultura ancestral e autonomia de dados é um sinal de que comunidades latinas organizadas estão enfrentando o problema com resiliência, fabulando novos futuros e disputando o presente com as armas que têm.

Certamente esta é uma disputa desigual. Isso fica evidente em outra sessão, onde o debate atinge o patamar que me parece o cerne do problema: os projetos de inteligência artificial e seus possíveis usos cívicos. Aqui a presença de uma universidade brasileira deu tom crítico a um debate que começou como se o assunto não trouxesse tantas polêmicas e contradições quanto seu próprio princípio: o de automatizar, prever, classificar. Uma professora ativista brasileira foi a única que falou abertamente sobre concentração de capital, racismo algorítmico e capitalismo de vigilância. Não que esse tenha de ser o tom do debate num evento de vozes que ecoam em tantas atmosferas, mas há que ser tecnocrítico se pretendemos avançar como governos ou sociedades. Durante o debate, um participante disse: "*as tecnologias são neutras, os usos delas é que não são*". Essa é uma afirmação certamente problemática diante dos avanços que já reconhecemos no campo da Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS). A neutralidade dos artefatos tecnológicos depende não apenas de seus usos, mas de sua genética, de sua origem constitutiva, ou seja, é impossível de ser atingida. O funcionamento e performance das tecnologias está diretamente ligado a quem detém o poder de programar os sistemas de operação, de desenvolver os softwares e as aplicações e de prototipar os hardwares e gadgets. As tecnologias que envolvem aprendizado de máquina estão intimamente e organicamente (Haraway, 2023) atreladas às pessoas que ainda ocupam lugares de decisão e poder no campo.

Se os governos se furtam desse debate, o que se espera é um poder ainda maior de corporações com força capital para incidir na administração pública a partir de projetos de lei e de implementação de tecnologias de coleta de dados, que passam cada vez mais por aprendizagem de máquinas, como é o caso do reconhecimento facial. Sem entrar nos meandros do tópico, o que temos visto é uma gradação geopolítica do problema, onde empresas de desenvolvimento de hardware e software de reconhecimento facial, impedidas ou limitadas a operar em seus países de origem (naturalmente nórdicos), vêm experimentar tecnologias falhas nos países do Sul, evidenciando um tipo de relação neocolonial mediada por arranjos sociotécnicos.

Em linhas gerais, o América Abierta evidenciou a falta de diversidade e inclusão nos debates sobre dados e transparência. Embora o evento tenha mobilizado uma variedade de atores, a centralidade de perspectivas tecnocráticas e a sub-representação de vozes periféricas e dissidentes indicam um longo caminho a ser percorrido para que as discussões sobre dados realmente integrem uma perspectiva de justiça social. Neste contexto, é urgente criar narrativas que levem em conta as múltiplas dimensões da vida urbana, incluindo as relações com máquinas e sistemas de informação. Percebemos a necessidade de espaços globais que promovam a participação efetiva de comunidades e experiências locais que desafiem as estruturas de poder existentes neste campo da governança digital.

Uma questão permanece: será possível transformar o ativismo de dados em uma ferramenta efetiva para reposicionar as favelas e periferias, esse exterior constituinte dos países do Sul, no debate público e global e garantir o direito à informação como um direito cívico essencial? Na tentativa de elaborar respostas possíveis a essa questão, na próxima seção analisaremos o caso de um projeto que vem realizando ações de mapeamento, incidência e participação cidadã sobre temas relacionados às favelas brasileiras e seus moradores.

GERAÇÃO CIDADÃ DE DADOS COMO PRÁTICA TECNOPOLÍTICA E FAVELADA

O data_labe⁴ é uma organização de mídia e pesquisa fundada em 2016 no Conjunto de Favelas da Maré, na Zona Norte do Rio de Janeiro, uma região formada por 16 favelas com mais de 140 mil habitantes. Embora a Maré tenha sido reconhecida formalmente como bairro em 1988, suas raízes remontam aos assentamentos da década de 1940, associados à construção de importantes avenidas que conectam a Zona Norte ao centro da cidade. Hoje em dia, o conjunto de favelas abriga mais de 40 mil moradias, que variam desde ocupações informais até conjuntos de habitação social. No entanto, como muitas outras áreas periféricas, a Maré é caracterizada por um acesso desigual aos serviços públicos, refletindo a visão do Estado que percebe essas áreas como territórios desordenados, sem lei, “carentes” e violentos.

A experiência do data_labe tem chamado a atenção de pesquisadores e críticos, principalmente pelo que o grupo reivindica como *Geração Cidadã de Dados* ou *GCD* (Luque-Ayala, et al., 2024; Firmino; Pio; Vieira, 2020; Sacco; Marques, 2019). Os projetos de GCD convocam os moradores e usuários de um território a participar ativamente da coleta e disseminação de dados relativos aos seus próprios espaços de vida. A partir dos dados gerados, os debates sobre as pautas elegidas pelo grupo executor do projeto passam a oxigenar outros espaços de tomada de decisão para além da mídia comunitária e alternativa (como é comum identificar nas análises do campo da comunicação social) e começam a figurar na mídia tradicional, em audiências públicas, em campanhas de *advocacy* e até em ambientes especializados como o do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Sacco; Marques, 2019). Uma característica fundamental da GCD é que as pessoas afetadas pelos projetos e políticas estejam envolvidas em *todas* as etapas do trabalho. A ideia é que esses cidadãos se tornem coprodutores de suas realidades, não apenas resistindo aos problemas

4 A trajetória do data_labe foi investigada através de pesquisa documental e observação de suas ações nos territórios e nas redes sociais. Em companhia com o laboratório e seus representantes, observamos, compreendemos e relatamos de forma ativa e cuidadosa, as práticas de um grupo que não estão inseridas nas teorias e políticas do planejamento ou dos estudos urbanos, mas encaminham para novos paradigmas.

e opressões cotidianas, mas também explorando suas possibilidades e se posicionando como produtores de futuros alternativos.

Ora, a coleta, produção, tratamento e uso de dados sobre as realidades urbanas não são meras atividades técnicas; são, na verdade, processos profundamente políticos. Desde o momento em que se decide quais dados são relevantes para a tomada de decisões e a formação da agenda pública, torna-se evidente que esses processos (assim como as tecnologias) não são neutros. Os moradores de favelas, frequentemente excluídos das discussões e decisões sobre políticas públicas, têm muito a revelar sobre suas realidades por meio dos dados que podem produzir. Esses dados são fundamentais para expor modos de vida, desafios e potencialidades que podem contribuir para a construção de outros modelos de cidades, mais justas e igualitárias.

O data_labe surge nesse contexto como um laboratório de dados e narrativas periféricas que desafia as epistemologias tradicionais e as orientações políticas convencionais. Ao se apropriar das tecnologias digitais, a organização protagoniza uma forma de ativismo digital situado (Luque-Ayala et al, 2023), orientado à transformação urbana e social. Seu trabalho se baseia em três pilares principais: a formação técnica e política dos moradores das favelas em jornalismo e ciência de dados; a criação e disseminação de conteúdo crítico sobre temas que afetam a vida nas favelas e suas relações com o mundo dos dados e das tecnologias; e a realização de projetos de Geração Cidadã de Dados, que envolvem a coleta e análise de dados primários para promover uma compreensão tecnopolítica das infraestruturas urbanas e outros problemas enfrentados por essas comunidades.

COCÔZAP: DADOS, MOBILIZAÇÃO E ADVOCACY PELO SANEAMENTO BÁSICO NAS FAVELAS

Entre os projetos realizados pelo data_labe, destaca-se o Cocôzap, uma iniciativa que exemplifica como a Geração Cidadã de Dados pode ser usada para reorganizar os arranjos sociotécnicos e nos alerta para a importância da governança de dados em nível local. O

Cocôzap foi lançado em 2018, quando os membros do data_labe identificaram uma discrepância significativa entre os dados oficiais sobre saneamento básico e a realidade vivida nas ruas da Maré. Enquanto os dados governamentais sugeriam uma cobertura adequada de serviços como água e esgoto, a prática revelava um cenário de grave precariedade. Por exemplo, o despejo de resíduos nos cursos d'água da região contrastava fortemente com as estatísticas oficiais sobre conexões à rede de esgoto⁵.

O projeto é um exemplo de como o intercâmbio de dados e a governança participativa podem ser ferramentas de questionamento das narrativas ditas oficiais e de visibilidade das condições reais de vida nas favelas. Através do Cocôzap, os moradores são incentivados a registrar, via WhatsApp, situações de precariedade relacionadas ao saneamento básico, seja por meio de texto, foto ou vídeo. Esses registros geolocalizados, ou acompanhados de endereços, são usados para criar mapas que ilustram as violações de direitos sanitários na Maré.

A intenção é produzir uma base de dados complementar à oficial, evidenciando a lacuna existente entre o dado real e o governamental. O projeto é assinado também por outras duas organizações: a Redes da Maré e a Casa Fluminense. A primeira é responsável pelo apoio à articulação e mobilização territorial de diferentes atores para a utilização do número de Whatsapp e para a capilaridade do projeto no território. A Redes da Maré é uma organização local com mais de 20 anos e oferece credibilidade e lastro ao projeto. A organização vem coletando dados de violações de direitos humanos na Maré há anos, mas o Cocôzap se apresenta como novidade, já que permite a participação ativa de moradores em várias etapas do processo. A Casa Fluminense, por sua vez, é responsável pelo apoio à incidência política do projeto, fazendo com o que dados e narrativa geradas pelo Cocôzap cheguem a debates políticos que influenciam decisões sobre saneamento básico e participação cívica na região metropolitana do Rio de Janeiro. A Casa Fluminense tem 10 anos de atuação e uma série de iniciativas que têm evidenciado o protagonismo de agentes

5 Ver: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/pesquisa/30/0>

comunitários para o fortalecimento de políticas e estruturas que levam em conta as questões mais localizadas.

Além de construir uma base de dados, o Cocôzap promove encontros comunitários e educativos para debater questões de saneamento e produz documentação baseada em dados públicos e nas histórias da comunidade. Desde 2018 foram realizados seis *Encontros de Saneamento da Maré* organizados pelo Cocôzap e parceiros. Um dos resultados desses encontros é a *Carta de Saneamento da Maré*⁶, um instrumento de recomendações políticas para a melhoria dos problemas sanitários do território. O projeto também realizou mais de dez encontros com alunos de uma das escolas públicas do território com a intenção de formar novos quadros de ativismo climático e sanitário.

Além disso, a equipe multidisciplinar do projeto produz reportagens e relatórios, capilarizando o debate inicialmente levantado através da coleta dos dados⁷. Essa iniciativa não só desnaturaliza a falta de qualidade nos serviços de saneamento, como também expõe os componentes sociotécnicos envolvidos, tais como atores, interesses, poderes e discursos, desafiando a "caixa preta" do saneamento (e dos dados sobre saneamento) na Maré.

Um dos fatores que mais chama a atenção é de que a Geração Cidadã de Dados pressupõe participação e co-criação em todas as etapas do projeto de dados. Sendo assim, o Cocôzap apresenta diversas camadas de participação, engajamento e ativismo: I) Os moradores são convocados a enviar as queixas que subsidiarão a base de dados, no que poderia se considerar uma primeira camada de participação. II) O recebimento dos dados é feito por uma pequena equipe de jovens ativistas moradores do território que entendem a dinâmica e complexidade do problema junto do morador/usuário. Esses jovens também são responsáveis por caminhar pelas ruas do bairro convocando a participação dos moradores e registrando, eles mesmos, problemas de saneamento. III) A organização dos dados em planilhas, assim como o trabalho de anonimização de informações sensíveis é feita por uma equipe com maior envolvimento técnico no projeto, mas que também vive o problema no

6 Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/>

7 Reportagens e relatórios podem ser acessados em <https://datalabe.org/cocozap/>

território, afinal, são moradores da Maré ou de outras favelas da cidade. Também fazem parte dessa equipe analistas de dados que buscam informações públicas para complementar as narrativas que serão geradas pela equipe de comunicação. IV) Uma nova camada de participação se sobrepõe através da equipe de comunicação do projeto que produz reportagens e posts nas redes sociais. Essa é uma etapa fundamental da GCD que corresponde à visualização dos dados, mas também garante visibilidade ao problema e aos atores envolvidos na sua solução. V) O projeto conta com uma coordenação vinculada ao território através de laços de moradia, trabalho, afetos e ancestralidades, mas também conectada a processos políticos mais amplos. Dessa forma, o projeto ganha visibilidade e legitimidade perante a comunidade, mas também perante gestores públicos e tomadores de decisão.

Desde o começo do projeto, o Cocôzap vem negociando espaços de diálogo com o poder público através de secretarias dos governos do estado e do município do Rio de Janeiro com algumas intenções: influenciar na revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico; colaborar com diagnósticos participativos promovidos por órgãos públicos; influenciar na decisão de gestores públicos sobre a importância da Geração Cidadã de Dados; pautar o saneamento básico como serviço prioritário para as populações de favelas em disputas eleitorais. Os resultados ainda são incipientes, mas encaminham para mudanças futuras: consta uma menção ao projeto no documento de Revisão do Plano Municipal, o grupo contabiliza uma dezena de reuniões com o poder público e a Carta de Saneamento da Maré tem sido distribuída a gestores e candidatos à vereança e à prefeitura da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: DADOS SOBRE QUEM IMPORTA

Este artigo buscou identificar uma agenda tecnopolítica por trás do trabalho que envolve diferentes formas de ativismo, cujos dados estão no centro de projetos de transparência e governança, mas também de transformação social e urbana.

A partir da observação do maior evento de ativismo de dados da América Latina, identificamos uma abordagem tecnocrática para o que se apresenta como agenda de

abertura, transparência e transformação social. Percebe-se um descompasso entre as políticas de tratamento de dados dos governos e as demandas locais das cidades que poderiam pautar outros modelos de governança para os dados. Há um desejo por participação cívica, mas não há participação efetiva dos sujeitos que vivem os problemas no cotidiano, em especial os moradores de favelas e periferias. Fica evidente um conflito de racionalidade: por um lado, os atuais sistemas neoliberais de administração governamental e prestação de serviços, baseados na vigilância e na colonialidade digital e, por outro, as populações urbanas marginalizadas e empobrecidas sobrevivendo em grande parte em condições de informalidade (Watson, 2009).

Planejar e pensar as cidades "inteligentes" deve levar em conta a dimensão encantada (Escobar, 2018) que só as populações colocadas à margem dos processos civilizatórios dominam. As mulheres e homens excluídos do modelo de racionalidade vigente devem ser retomados como aqueles cuja episteme foi aniquilada pelo processo colonial-civilizatório. O modelo de habitação e uso dos territórios de favelas, a despeito da seletiva ausência de estruturas estatais que garantam dignidade humana, deve ser entendido como modelo complexo, organizado a partir da precariedade, sim, mas que se adapta às circunstâncias, garante sobrevivência, empreende lutas e também constrói o espaço urbano.

Entendemos que a experiência do data_labe se apresenta como um paradigma que, apesar de não figurar nos eventos determinantes da agenda dos dados na Região, aponta para uma tendência do ativismo digital e urbano emergente nas periferias da América Latina. Novas formas de governança de dados, mais participativas e transparentes, serão fundamentais para responder ao modelo universalizante que reduziu as populações das favelas e periferias dos países do Sul global a territórios de carência e exceção.

É preciso retomar o poder narrativo, político e tecnológico das comunidades locais e compreender a centralidade dos dados nas sociedades contemporâneas através de lentes decolonizantes que ajudem a reconhecer a potência das favelas e de seus habitantes. Talvez aí estejam as respostas para a catástrofe que se anuncia todos os dias.

Em seu vídeo manifesto, narrado por uma voz jovem, feminina, carregada de sotaque carioca, o data_labe afirma:

Se você é negro, morador do Complexo da Maré ou LGBTQIA+, por exemplo, a sua realidade não reflete o que as grandes pesquisas apontam. Para provar isso, é só olhar pela janela (...) O data_labe é uma organização focada na geração cidadã de dados sobre mulheres, negros, LGBTQIA+, enfim, quem importa. Juntando esses dados a gente consegue responder perguntas que pesquisa nenhuma fez, mas que com certeza você já deve ter se perguntado. Tipo: 'será que a água da torneira do rico é igual a minha?' (data_labe, 2022)⁸

E sintetiza: "Entendendo melhor quem você é e em que ponto você está, fica mais fácil entender quais são as mudanças mais importantes para sua comunidade e como lutar por elas. data_labe, dados sobre quem importa: você" (data_labe, 2022).

⁸ Disponível em: <https://youtu.be/os7MFQBw-98?si=zRkhVcmTcumQA0MO>

REFERÊNCIAS

- BRUNO, Fernanda; CARDOSO, Bruno; KANASHIRO, Marta; GUILHOM, Luciana; MELGAÇO, Lucas (orgs). *Tecnopolítica da vigilância: perspectivas da margem*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises Ali. *The costs of connection: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford, [California]: Stanford University Press, 2019. (Culture and economic life).
- Data_labe. *Dados sobre quem importa*. YouTube. 2022.
- ESCOBAR, Arturo. *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham: Duke University Press. 2018.
- FIRMINO, Rodrigo. PIO, Debora; VIEIRA, Gilberto. *Revolução periférica dos dados em tempos de pandemia global*. Revista de Morfologia Urbana, v. 8, n. 1, 30 jun. 2020.
- FIRMINO, Rodrigo; CARDOSO, Bruno; EVANGELISTA, Rafael. *Hyperconnectivity and (Im)Mobility: Uber and Surveillance Capitalism by the Global South*. Surveillance & Society 17(1/2): 205-212. 2019.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes , 1983.
- HARAWAY, Donna. *Ficar com o problema: fazer parentes no Chthuluceno*. São Paulo: n-1 edições, 2023.
- KWET, Michael. *A ameaça nada sutil do Colonialismo Digital*. In: OUTRAS PALAVRAS. 5 mar. 2021.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Tradução de Sérgio Martins e Revisão Técnica de Margarida Maria de Andrade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.F
- LUQUE-AYALA, Andrés et al. *Plataforma urbanas: Hackers cívicos e ativismo digital nas cidades brasileiras*. In: KRAUS, Lalita (org.). *Cidades inteligentes e contradições urbanas: reflexões para a garantia do direito à cidade*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Garamond Ltda., 2024.
- MAY, T. *Pesquisa social. Questões, métodos e processos*. Artemed. Porto Alegre, 2001.
- MILAN, Stefania; TRERÉ, Emiliano. *Big Data from the South(s): Beyond Data Universalism*. Television & New Media. Vol. 20(4), 2019.
- O'NEIL, Cathy. *Weapons of Math Destruction: How Big Data Increases Inequality and Threatens Democracy*. New York: Broadway Books, 2016.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Territórios da sociedade: por uma cartografia da ação*. In: SILVA, Cátia Antônia da; ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *Território e ação social: sentidos da apropriação urbana*. Rio de Janeiro, RJ, Brasil: Lamperina Editora, 2011.
- RICOURTE, Paola. *Data Epistemologies, The Coloniality of Power, and Resistance*. Television & New Media. Vol. 20(4), 2019.

ROY, Ananya. *Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno*. In: Revista e-metropolis. Edição nº 31, 2017.

SACCO, Clara; MARQUES, Juliana. *O IBGE na produção do data_labe e o debate sobre dados no Brasil*. Revista Brasileira de Geografia, [s. l.], v. 64, n. 1, p. 109–121, 2019.

SANTOS, Milton et al. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.

STENGERS, Isabelle. *No tempo das catástrofes – resistir à barbárie que se aproxima*. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

TELES, Edson. *Governamentalidade algorítmica e as subjetivações rarefeitas*. Kriterion. v. 59, n. 140. 2018.

WATSON, Vanessa. *Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues*. Urban Studies, [s. l.], v. 46, n. 11, p. 2259–2275, 2009.

ZUBOFF, Soshana. *Big Other: surveillance capitalism and the prospects of an information civilization*, *Journal of Information Technology*, v. 30, p. 75-89, 2015.